

Pedagogias Feministas e Epistemologias Decoloniais: *Aportes teóricos para produção de material didático EaD**

Miléia Santos Almeida

Universidade de Brasília (UnB)

*Apoio financeiro do Decanato de Pós-Graduação da Universidade de Brasília (DPG/UnB)

Marta Aparecida dos Santos Mamédio

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

RESUMO: O presente trabalho apresenta as reflexões teórico-práticas elaboradas durante a experiência de produção de material didático-pedagógico destinado a formação de educadoras/es do estado brasileiro da Bahia através da modalidade EaD (educação a distância) no biênio de 2023-2024. A cartilha elaborada em formato *e-book* oferece uma introdução a alguns debates epistemológicos acerca dos estudos feministas e decoloniais, assim como propostas de metodologias e atividades para a sala de aula e outros espaços educativos. Possui a função de ser uma ferramenta de apoio para o componente ‘Pedagogias Feministas e Epistemologias Descolonizadoras’ que integra a grade curricular da Especialização *lato sensu* em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade na formação de educadoras/es, oferecida pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) através da Unidade Acadêmica de Educação a Distância (UNEAD). As reflexões teórico-metodológicas produzidas durante o processo de confecção do material são relacionadas neste artigo, assim como as propostas de aulas e atividades didáticas que o compõem.

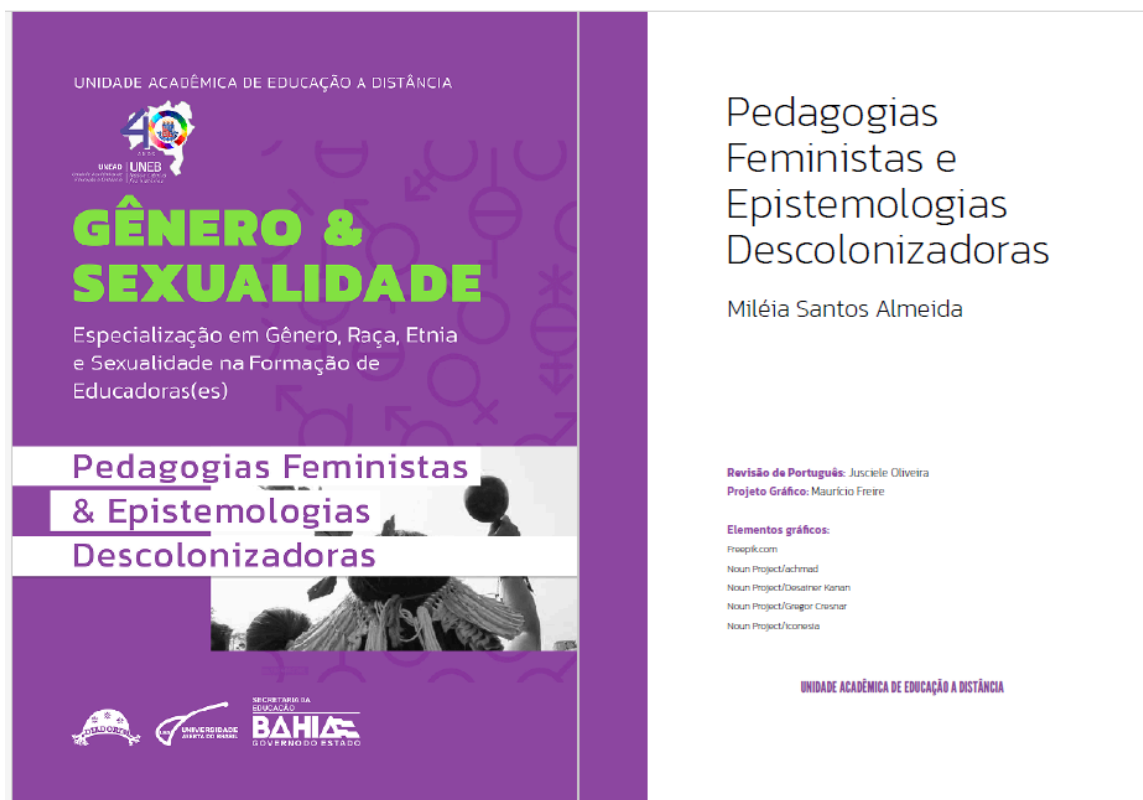
PALAVRAS-CHAVE: Material didático. Pedagogias Feministas. Educação a Distância.

1. Considerações Iniciais

Durante o processo de planejamento de um componente curricular, os aportes teóricos que fundamentam a proposta de ensino constituem um dos principais pilares para sua realização. No que se refere à organização do plano de curso de uma pós-graduação em nível de especialização *lato sensu*, sobretudo, na modalidade de educação à distância, fatores diversos precisam ser considerados, como a rotina e o tempo destinado às leituras e a ausência de uma orientação presencial constante. É nesse sentido que a elaboração de materiais em formato de

‘cartilhas’, enquanto módulos básicos para o desenvolvimento do componente, torna-se uma ferramenta necessária para o suporte docente e discente. Enquanto professora conteudista do componente ‘Pedagogias Feministas e Epistemologias Decolonizadoras’, que integra a Especialização em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade, Miléia Almeida foi responsável pela elaboração do *e-book* e, Marta Mamédio contribuiu enquanto discente da pós-graduação com observações necessárias, além de fotografias e escrita do texto final. Neste relato de experiência, procuramos expor os elementos que consideramos mais importantes para produção do material didático: a sua fundamentação teórico-metodológica, as propostas de atividades e a interlocução com artistas e educadoras/es possibilitada seja no processo de elaboração ou mesmo em sua utilização final.

FIGURA 01: Capa e contracapa do *ebook* (material didático)



Fonte: *E-book* Pedagogias Feministas e Epistemologias Decoloniais (UNEB/UNEAD)

2. Fundamentação Teórico-Metodológica

Feminismo e decolonialidade são dois campos de lutas políticas e produções teóricas que passaram a convergir e dialogar bastante nas últimas décadas, assim como a ideia de um

‘feminismo decolonial’ enquanto projeto contra-hegemônico tem ganhado mais espaço dentro e fora de espaços acadêmicos, ao considerar o papel central dos processos de colonização e colonialismo na persistência da exploração e opressão sobre as mulheres. Para Françoise Vergès, “os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu direito à existência” (2019, p. 27). No território da educação, a união entre o pensamento feminista e a epistemologia decolonial possibilita não apenas pensar uma educação mais plural e democrática, como promover nos espaços de ensino e aprendizagem uma transformação revolucionária em relação às nossas práticas educativas. Nesse sentido, os capítulos e tópicos do *ebook* foram embasados por ambas as perspectivas teóricas que se complementam e interseccionam, embora tenham sido agrupadas de forma distinta para compreensão das propostas pedagógicas.

Tabela 01: Capítulos do e-book

CAPÍTULO 01 INTRODUÇÃO: FEMINISMOS DESCOLONIZADORES	CAPÍTULO 02 INTERSECCIONALIDADES DE GÊNERO, CLASSE, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES
Os modos feministas de pensar e educar	O Mito da Ideologia de Gênero na Educação Brasileira
Epistemologias Feministas	Interseccionalidade: ferramenta do Feminismo Negro
O Transfeminismo e a produção de deslocamentos	Contaçon de Histórias: Estética e Representatividade
As Mulheres-Território: Por um Feminismo Indígena	Música e “Slams” como ferramenta de Educação Feminista
Desigualdades e Hierarquias de Gênero	Identidades transgressoras e performatividade
Educação Sexual Sob Perspectiva Feminista	Pedagogias Desobedientes e Trans-gressoras
Pobreza Menstrual e Direitos Sexuais e Reprodutivos	Atividades: Representações LGBTQIAPN+ positivas
CAPÍTULO 03 EUROCENTRISMO E COLONIALIDADE DO SABER: AS FERIDAS COLONIAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	CAPÍTULO 04 UM GIRO DECOLONIAL: PENSAMENTO DE FRONTEIRA E AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL
A colonialidade do poder e do ser	Eu sou atlântica: Aquilombar-se como resistência afro-diaspórica
Cartografias Eurocêntricas	Epistemologias do Sul
Orientalismo e Subalternidade: Os olhares do Ocidente sobre o Oriente	O pensamento Indígena e a resistência à colonialidade
Colonialidade de Gênero	A Educação Indígena e a Metodologia do Calendário Sócio-Cultural

Gênero é Universal ou uma Categoria Colonial?	Atividade: Mídias Alternativas
	O papel dos feminismos De(s)coloniais
	Por um Feminismo Afro-Latino-Americano
	Descolonizar os Currículos e Corazonar Práticas Educativas
	Afetividades Lúdicas: Brincadeiras como práticas decoloniais
O lugar das Pedagogias Feministas Decoloniais	

Fonte: *E-book Pedagogias Feministas e Epistemologias Decoloniais* (UNEB/UNEAD)

2.1. Pensamento Feminista

Historicamente, as ativistas e intelectuais feministas precisaram questionar a existência de uma visão de mundo dominante, em que o masculino era sinônimo de universal e os espaços de poder econômico, político, intelectual eram majoritariamente destinados aos homens. Como afirma bell hooks, “a maioria de nós tinha sido socializada pelos pais e pela sociedade para aceitar o pensamento sexista” (2019, p. 42) e, desse modo, também é possível observar como a educação escolar reproduz ainda esse tipo de pensamento. Entretanto, a escola também pode ser um instrumento fundamental para a transformação desse ‘modo de pensar’. Através dos caminhos percorridos pelo feminismo, a experiência das mulheres se tornou fonte teórica e empírica para a produção de conhecimento científico. Por sua vez, uma ‘ciência feminista’ propôs o rompimento com as antigas formas de investigar o mundo, que eram pautadas pela objetividade e neutralidade do(a) pesquisador(a).

Pensar a teoria feminista requer problematizar a categoria ‘mulher’ enquanto sujeito do feminismo, pois, além de não se tratar de um sujeito universal definido por características biológicas, a representação histórica do sujeito ‘mulher’ e dos marcadores de ‘feminilidade’ esteve (e está) associada à imagem de mulheres brancas, de classe média e alta e cis-heterossexuais. Nesse sentido, Sueli Carneiro (2003) nos informa que em culturas colonizadas como a latino-americana, o gênero enquanto uma construção social sobre papéis sexuais, não pode ser isolado de outras categorias de opressão como raça, etnia e sexualidades.

Segundo a intelectual e ativista trans, Leticia Carolina Nascimento (2021), a pluralidade das formas de existências das mulheres e o próprio questionamento de um sistema colonial que atravessa as opressões de gênero produzem deslocamentos que permitem problematizar tanto

as feminilidades quantos às mulheridades. Ana Manoela Soares (2021), do povo indígena karipuna, nos informa que as mulheres indígenas constroem a luta pela defesa de seus territórios que nem sempre é nomeada de “feminista” pelo seu caráter originário, mas representa a resistência a um processo de exploração e violência que recaiu com mais violência sobre os corpos das mulheres indígenas.

Figura 02: Foto de Janildes Kiriri e sua filha Kyara



Fonte: Marta Mamédio. Acervo CIMI Leste, 2022

Ensinar e aprender sob uma perspectiva feminista descolonizadora é questionar constantemente os padrões de poder no mundo e os discursos que naturalizam as desigualdades e, com isso, celebrar a diversidade de vozes que por muito tempo foram silenciadas. É escrever e reescrever um projeto de emancipação e libertação protagonizado pelas mulheres através dos conceitos teóricos produzidos pela luta política feminista que abalam as estruturas criadas pela colonização dos nossos corpos e mentes. E como afirma Mayana Soares, mulher negra, lésbica, professora e intelectual feminista e decolonial:

Assim como minhas ancestrais que foram saqueadas, raptadas, estupradas e escravizadas tiveram que aprender a se adaptar em outras terras, aprender a língua colonial, apreender um outro modo de vida e traduzir a subjetividade violenta do sistema-mundo colonial

para sobreviver, sem que com isso perdessem completamente suas memórias e a si mesmas, é preciso encontrar formas de construir outros mundos anticoloniais como elas fizeram (Soares, 2021, p. 201).

Apesar da reprodução das desigualdades e marginalização de corpos dissidentes nos espaços escolares, a educação (formal ou não-formal) ocupa um papel estratégico para a transformação das relações sociais e isso implica uma reinvenção das práticas educativas que, segundo a pedagoga, ialorixá e ativista transfeminista, Thiffany Odara (2020, p. 102), requer uma desobediência ao ‘cis-tema’ educacional tradicional na perspectiva de confrontar e subverter os padrões dominantes e assim, “travestilizar a educação se torna uma prática cotidiana através do contraponto aos modelos engessados da educação, onde a busca é de descolonizar o pensamento”.

O conceito de interseccionalidade, forjado pela afroestadunidense Kimberlé Crenshaw (2002), tornou-se uma categoria metodológica para o pensamento feminista negro. Ele nos possibilita compreender as relações de poder a partir da diversidade das experiências dos sujeitos. Categorias como classe, raça, gênero, etnia, sexualidade, geração, entre outras, atuam de forma conjunta. Assim, os desafios que uma mulher negra, pobre e lésbica enfrenta, por exemplo, são potencializados na reconfiguração dessas opressões vividas.

2.2. Epistemologias Descolonizadoras e Decoloniais

A colonialidade do saber define o padrão de produção de conhecimento reconhecido e valorizado em nossa sociedade. Afinal, a colonialidade não apenas produziu um legado de desigualdades sociais, destruição e violência, mas um legado epistemológico de subalternização de toda forma de pensamento que não é oriunda da chamada ‘racionalidade’ europeia. Precisamos reconhecer essas cartografias eurocêntricas do conhecimento para construir resistências e propor outras formas de organização do saber. por isso precisamos estar atentos(as)(es) para não reproduzir em nossas práticas docentes “o perigo de uma história única”, como alerta a escritora nigeriana Chimamanda Adichie.

É impossível falar sobre história única sem falar sobre poder. Há uma palavra da língua igbo de que sempre me lembro quando penso nas estruturas de poder do mundo, e a palavra é nkali. Trata-se de uma expressão que pode ser traduzida como “maior do que o outro”. Como o mundo econômico e o político, histórias também são definidas pelo princípio do nkali. A forma como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias

são contadas, tudo depende do poder. Poder é a habilidade não só de contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa (Adichie, 2019, p. 22).

Ao utilizarmos a perspectiva do *nkali* para pensarmos as sociedades ocidentais, perceberemos que é o poder que valida qual o tipo de saber será legitimado e qual será inferiorizado, sobretudo, a partir da imposição de uma matriz colonial de poder que se funda, entre outras coisas, na suposta superioridade do poder, ser, conhecer e viver ocidental, que impôs, naturalizou e padronizou um sistema de dominação e exploração capitalista, racista e patriarcal. Essa matriz colonial é homogeneizante e promove a redução das diversidades, além de invisibilizar e procurar eliminar as diferenças sociais, econômicas, políticas, culturais e sexuais das sociedades. (Vinã, 2005, p. 93).

As teorias feministas foram impactadas pelas reflexões produzidas nos debates pós-coloniais e decoloniais. Afinal, as experiências de mulheres que passaram pelo trauma colonial e cujos territórios permanecem marcados pelas heranças do colonialismo e pela colonialidade do poder, do ser e do saber diferem das experiências de mulheres do Ocidente e do Norte Global. Sendo assim, os modos de interpretar o mundo e de analisar as relações de poder propostos por essas mulheres passaram a questionar a permanência do eurocentrismo, da xenofobia e do racismo nos feminismos que negligenciavam as questões coloniais e permaneciam atrelados ao mito da modernidade europeia.

Os estudos sobre a colonialidade de gênero nos mostram que o controle sobre o gênero e a sexualidade e, conseqüentemente, sobre as mulheres colonizadas foi um dos pilares da colonização. Porém, o patriarcado, enquanto sistema de dominação-opressão-exploração, não deve ser pensado como algo estático, ele é um fenômeno histórico que afetou diferentes povos, mas não de forma universal. Para a intelectual nigeriana de origem iorubá Oyèronkè Oyěwùmí (2021), assim como a ideia construída sobre o que é ser uma mulher para os povos ocidentais não corresponde a “cosmopercepção” de todos os povos do mundo, o gênero enquanto construção sociocultural não teria existido em todas as sociedades. Para a autora, antes do impacto das culturas ocidentais sobre o território iorubá, as diferenciações corporais não eram base para produção de identidades e hierarquias e assim, não é possível estudar essas comunidades a partir de uma categoria elaborada pelo feminismo ocidental.

A intelectual argentina Maria Lugones em suas críticas aos teóricos do Grupo Modernidade/Colonialidade se refere a invisibilização da ‘colonialidade do gênero’ em seus escritos que, para ela, “mantém velado o entendimento de que as mulheres colonizadas, não

brancas, foram subordinadas e destituídas de poder” (2020, p.54). Para Lugones, o patriarcado europeu enquanto uma das faces mais evidentes da colonização alterou as relações de poder entre homens e mulheres colonizadas, impondo hierarquias de gênero antes inexistentes.

O pensamento feminista afro-diaspórico produzido pela filósofa, antropóloga, professora e militante, Lélia Gonzalez, é fundamental para compreensão da formação cultural brasileira. Precursora do pensamento fronteiriço, ela não só problematizou as obras sociológicas dos chamados ‘intérpretes do Brasil’ como dialogou com os intelectuais anticolonistas africanos, influenciou e foi influenciada por feministas latino-americanas, caribenhas e afro-estadunidenses. Entre suas muitas contribuições, destacamos a categoria político-cultural da amefricanidade que, nas palavras de Lélia Gonzalez

Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma *unidade específica*, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. Portanto, a *América*, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo *amefricanas/amefricanos* designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo. Ontem como hoje, *amefricanos* oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa *amefricanidade* que identifica na diáspora uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada (GONZALEZ, 2020, p. 135).

É papel de uma educação feminista e descolonizadora visibilizar as experiências de mulheres pertencentes à diversas culturas, sobretudo, aquelas que foram silenciadas e estereotipadas pelos padrões ocidentais e pensar a diversidade não somente sobre os aspectos que nos separam, mas sobre os aprendizados mútuos e aquilo que nos aproxima.

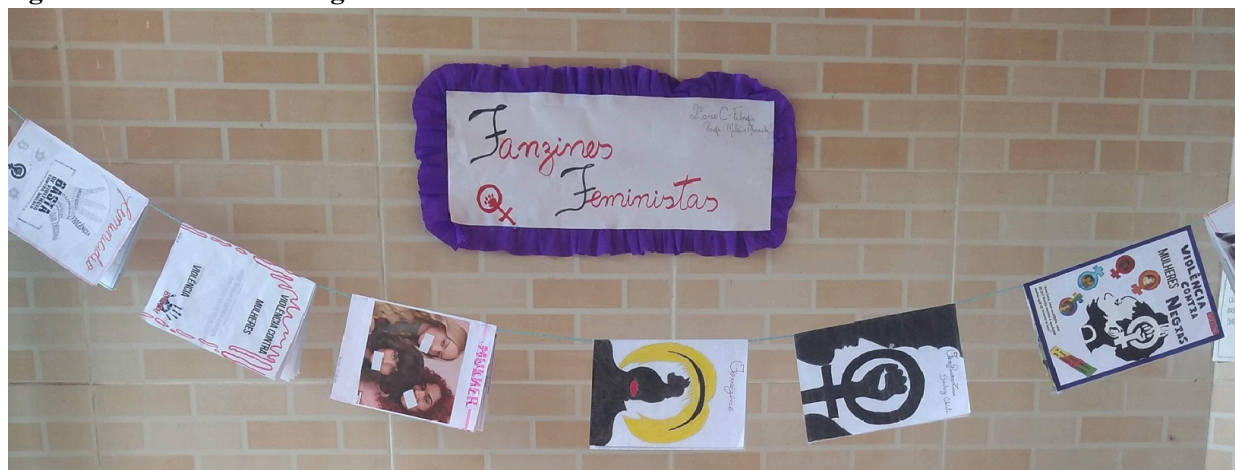
3. Algumas Propostas Didáticas e Sugestões de Atividades do Material Didático

Uma das tarefas de uma pedagogia feminista é romper com os silêncios que pairam sobre a presença das mulheres em diversos locais de produção de saberes. Propomos assim um projeto interdisciplinar, que entrecruze o papel das mulheres nas artes e linguagens, nas ciências humanas, exatas e da natureza. Para sensibilizar e introduzir o debate, sugerimos o filme *Estrelas Além do Tempo*, que conta a história de três cientistas negras norte-americanas que trabalharam na NASA durante a década de 1960 e colaboraram para a conquista espacial: Katherine Johnson, Dorothy Vaughan e Mary Jackson. Além do debate sobre a atuação das

mulheres no campo científico, a obra aborda a questão da segregação racial nos EUA, o que potencializava os desafios enfrentados pelas protagonistas.

Entre as atividades possíveis para a abordagem da temática nas escolas e outros espaços de aprendizagem, sugerimos a produção de um fanzine feminista, que é uma pequena revista ou publicação não oficial (impresa ou manual) que pode conter textos, recortes de livros/revistas, imagens e outros elementos e tem o objetivo servir como instrumento de comunicação alternativa e divulgação de informações sobre uma temática específica, que possui pouca inserção nos meios de mídia tradicional.

Figura 03: Exposição de fanzines produzidas por estudantes do Colégio Estadual Professor Manoel Macedo Cirilo (BAHIA) após a leitura do livro “Sejamos todos feministas” da autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie

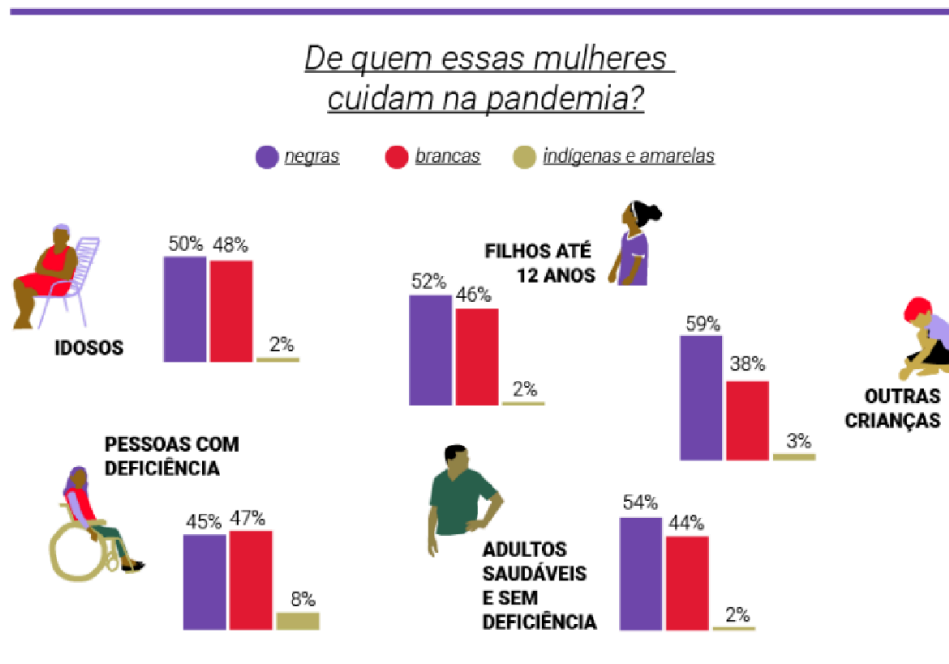


Fonte: Fotografia de Miléia Almeida, 2020.

É possível perceber as desigualdades de gênero em nossa sociedade por meio de dados estatísticos que apresentam, por exemplo, as diferenças salariais e níveis de renda entre homens e mulheres, sobretudo, as mulheres negras que enfrentam duplamente a opressão-exploração do machismo e do racismo.

Com essas informações, as(os) estudantes podem produzir tabelas e gráficos sobre esses indicativos. O período da pandemia de covid19 aprofundou tais desigualdades. Sobre isso, o relatório “Sem Parar – O trabalho e a vida das mulheres na pandemia” (2020), elaborado pela Gênero e Número e a Sempre Viva Organização Feminista, aponta que além da sobrecarga gerada pelo aumento do trabalho de cuidado de crianças, idosos e doentes em seus domicílios, as mulheres negras foram mais afetadas em virtude de ocuparem setores do mercado mais vulneráveis como o emprego doméstico e as atividades informais.

Figura 04: Relatório “Sem Parar – O trabalho e a vida das mulheres na pandemia”



Fonte: Relatório “Sem Parar – O trabalho e a vida das mulheres na pandemia (2020)

Os *slams* – batalhas de poesia inspiradas nas batalhas de hip hop – têm sido uma forma de expressão artística bastante apreciada pela juventude nos últimos anos. Grupos de jovens se reúnem em praças ou outros espaços abertos e declamam poemas de sua autoria, que contemplam temáticas sociais e do cotidiano periférico. Inclusive muitas mulheres têm protagonizado esses eventos, inserindo pautas feministas antirracistas nas apresentações. Realizar um slam em espaços escolares, de movimentos sociais e coletivos culturais, é uma forma de estimular o protagonismo político por meio da arte.

Figura 05: Cartaz Slam das Minas Bahia (5 anos)



Fonte: Instagram Slam das Minas – BA (2022)

A linguagem das redes sociais passou a dominar todos os espaços da sociedade contemporânea e, principalmente os educacionais com a presença da chamada ‘geração Z’ no mundo virtual. Ainda que a desigualdade de acesso à internet no Brasil seja um fato que ficou ainda mais evidente durante a pandemia e a implementação do ensino remoto, já não podemos escapar da utilização de metodologias que dialoguem com essas mídias.

O meme é uma combinação de texto, imagem, áudio e/ou vídeo elaborada para ‘viralizar’, isto é, ter muitas visualizações pelos usuários da rede social. Os memes podem usar imagens já conhecidas da televisão, música, política, história etc., ou surgir de forma espontânea como em uma postagem de opinião no Twitter. Como qualquer linguagem humorística, vale lembrar, corre o risco de incorrer em reforço de estereótipos racistas, misóginas, homofóbicos, entre outros e, por isso devem ser utilizados sob perspectiva crítica. A página “História no Paint” no Instagram utiliza a linguagem dos memes para realizar divulgação de conteúdo histórico de forma didática, como nos exemplos:

Figura 06: Memes do História no Paint



Fonte: Página História no Paint. Instagram.

Por sua vez, a educação infantil é entendida como uma etapa importantíssima para o desenvolvimento afetivo e a ludicidade é um elemento fundamental nesse processo de descoberta do mundo e de si mesmo(a). Mas em que momento deixamos de brincar, de fantasiar, de descobrir o novo com os olhos de criança? As brincadeiras, jogos e danças podem ser ferramentas de uma pedagogia decolonial em qualquer etapa da aprendizagem humana, além de serem fontes de saberes ancestrais.

Podemos utilizar o lúdico dentro e fora dos espaços tradicionais de ensino. Por exemplo, ao transformar jardins, margens de rios, sombras de árvores em salas de aula ou simplesmente ao criar círculos no chão, onde quem aprende e quem ensina compartilha experiências. Ainda que nossa cultura ocidentalizada valorize a escrita como método de transmissão de conhecimento, nossas heranças africanas e indígenas celebram a oralidade como fonte de sabedoria. Nas diversas cosmologias, isto é, formas de explicar o universo, que foram transformadas em narrativas ‘folclóricas’ se produz também o encantamento pelo mundo e, ‘contos e lendas’ de origem africana e/ou indígena podem ser explorados não somente através de sua contação, mas por meio de jogos de trilhas, cantigas de roda e produção de brinquedos.

4. Considerações Finais

O material didático (*e-book*) elaborado e utilizado no processo formativo do componente ‘Pedagogias Feministas e Epistemologias Descolonizadoras’, integrante da Especialização em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade na formação de educadoras/es da UNEB/UNEAD, se tornou uma ferramenta importante enquanto aliada do processo de ensino à distância. Ele não apenas foi produzido no intuito de oferecer base teórica e conceitual para as aulas e/ou fornecer um catálogo de atividades e sugestões didáticas para suporte docente. Para além disso, tornou-se uma proposta teórico-metodológica de intersecção entre as perspectivas feministas e decoloniais na construção de uma prática educacional transformadora.

Vale ressaltar que a produção de práticas pedagógicas feministas e descolonizadoras (ou decoloniais) nasce no chão dos movimentos sociais, das aldeias, dos quilombos, das favelas, das comunidades rurais e urbanas e, pode florescer também no terreno das escolas quando cultivada em um solo fértil e com raízes fortes. Essas pedagogias tornam a escola não um espaço de opressão, mas de reinvenção da sociedade.

É nesse sentido que percebemos o quanto as pedagogias decoloniais exigem educadoras e educadores subversivos(os)(es) e que ensinem a transgredir as barreiras impostas por um pensamento supostamente universal e ir de encontro aos conhecimentos que resistiram a violência da colonialidade. Eles se expressam em lógicas menos cartesianas e racionalistas, que respeitam o elo entre o ser humano e a natureza, e são feitos também a partir do afeto e das emoções. Assim, as pedagogias feministas descolonizadoras também são aprendentes,

redescobrem o mundo e as formas de pensar, de ensinar, de lutar, de viver enquanto caminhos de resistência e de afetos. Resta a nós tornar esses caminhos cada vez mais trilháveis.

REFERÊNCIAS

- Adichie, Chimamanda Ngozi (2019). *O perigo de uma história única*; trad. Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras.
- Carneiro, Sueli (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora (49), pp. 49-58.
- Crenshaw, Kimberlé (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, (10), pp. 171-188.
- Gonzalez, Lélia (2020). *Por um feminismo afro-latinoamericano*: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar.
- hooks, bell (2019). *O feminismo é para todo mundo*: políticas arrebatadoras. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos.
- Lugones, Maria (2020). Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje*: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, pp. 53-83.
- Nascimento, Leticia (2021). *Transfeminismo*. Editora Jandaíra.
- Odara, Thiffany (2020). *Pedagogia da desobediência*: travestilizando a educação. Salvador, Devires.
- Oyèwùmí, Oyèrónké (2021). *A invenção das mulheres*: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. trad. Wanderson Flor do Nascimento. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Soares (Karipuna), Ana Manoela Primo dos Santos (2021). Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas. *Cadernos de Campo* (São Paulo-1991), (30), pp.01-12.
- Soares, Mayana Rocha (2022). *Nós: afetos e literatura*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura. Universidade Federal da Bahia: Salvador.
- Vinã, Patricio Noboa (2005). La matriz colonial, los movimientos sociales y los silencios de la modernidad. In: WALSH, Catherine. *Pensamiento Crítico y Matriz (De)Colonial*: Reflexiones latino-americanas. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar. Ediciones Abya-Yala, pp. 71-109.
- Vergès, Françoise (2019). *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora.